

Proposta para Minuta de Resoluções e Diretrizes de Controle Externo

Diretrizes de Controle Externo ATRICON 3207/2014

Temática 11: Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local: Controle do Tratamento Diferenciado e Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Contratações Públicas

Belém, 22 de julho de 2014.

1. Autor:

Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCEPA)

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira luis.cunha@tce.pa.gov.br

Obs.: Com apoio técnico de Reinaldo Valino – Diretor de Controle Externo reinaldo.valino@tce.pa.gov.br

2. Tipo de Emenda: Aditiva

3. Justificativa:

A concretização de um objetivo fica comprometida sem a existência de um indicador capaz de diagnosticar a situação presente e mensurar os eventuais avanços e retrocessos obtidos a partir das ações realizadas, sejam elas patrocinadas pelos Tribunais de Contas, seus parceiros ou jurisdicionados.

O acompanhamento deste indicador permitiria:

- a) A identificação do nível de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas dos jurisdicionados;
- b) O estabelecimento de metas a serem alcançadas pelos jurisdicionados;
- c) A comparação entre os indicadores obtidos pelos jurisdicionados;
- d) A avaliação do impacto produzido no indicador em decorrência de ações que visem o incremento na participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas do jurisdicionado.

Do ponto de vista técnico, pode ser definido um padrão para intercâmbio de informações entre o jurisdicionado e os Tribunais de Contas, que concentrariam as informações. As informações concentradas pelos Tribunais de Contas poderiam ser validadas junto a Receita Federal ou Juntas Comerciais para a identificação das microempresas e empresas de pequeno porte. Esta estratégia permitiria tanto a automação do processo como a produção de dados confiáveis para a apuração do índice.

4. Item modificado: emenda aditiva.

5. Redação Proposta:

- Apurar, anualmente, com base em informações fornecidas pelos sistemas de execução financeira dos jurisdicionados indicador que corresponda ao percentual

dos recursos despendidos em decorrência de contratações públicas destinadas, respectivamente, às microempresas e as empresas de pequeno porte.